

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



VISITA DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO
ÀS NAÇÕES UNIDAS
SETEMBRO-1982

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gabinete Civil

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
Coordenadoria de Divulgação

**VISITA DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO
ÀS NAÇÕES UNIDAS**

BRASÍLIA
1982

ÍNDICE

— Programa	5
— Entrevista concedida pelo Presidente João Figueiredo, à porta do Hotel Plaza, antes de fazer seu pronunciamento na Organização das Nações Unidas	7
— Discurso do Presidente João Figueiredo na Sessão Solene do Grupo Latino-Americano da Organização das Nações Unidas	11
— Discurso do Presidente João Figueiredo perante a Trigésima Sétima Sessão da Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas	13
— Discurso do Presidente João Figueiredo por ocasião do almoço oferecido pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas	27
— Entrevista concedida pelo Presidente João Figueiredo, à porta do Hotel Plaza, minutos antes de sair para o aeroporto	29
— Repercussão na Imprensa	31

PROGRAMA

Dia 25 de setembro (Sábado)

- 09: 15h** – Embarque na Base Aérea de Brasília
 - Transmissão do cargo
 - Despedidas
 - Honras militares

- 09: 30h** – Decolagem para Nova Iorque
- 17: 00h** – Chegada ao Aeroporto John F. Kennedy
 - Cumprimentos

- 17: 30h** – Deslocamento para o Hotel “The Plaza”
- 18: 30h** – Chegada ao Hotel

Dia 26 de setembro (Domingo)

- 18: 00h** – Recepção oferecida pelo Representante Permanente do Brasil junto à ONU, na Suíte Barroca do Hotel “The Plaza”

Dia 27 de setembro (Segunda-feira)

- 08: 40h** – Deslocamento para a sede da ONU
- 08: 55h** – Chegada à sede da ONU
- 09: 00h** – Conversações com o Secretário-Geral da ONU
- 09: 20h** – Visita ao Presidente da Assembléia-Geral da ONU
- 09: 45h** – Sessão Solene do Grupo Latino Americano
- 10: 30h** – Discurso do Presidente da República perante a Assembléia-Geral
 - Cumprimentos dos Chefes de Delegação e Representantes Permanentes

- 13: 15h** – Almoço oferecido pelo Secretário-Geral da ONU
- 15: 00h** – Deslocamento para o Hotel “The Plaza”
- 15: 15h** – Chegada ao Hotel
- 18: 30h** – Recepção oferecida pelo Presidente da República em homenagem ao Secretário-Geral da ONU e Senhora, no “The Grand Ball Room”, do Hotel “The Plaza”.

Dia 28 de setembro (Terça-feira)

- 09:45h – Deslocamento para o Aeroporto John F. Kennedy
 - Despedidas
- 11:00h – Decolagem para Brasília
- 20:30h – Chegada à Base Aérea de Brasília
 - Cerimonial de desembarque
 - Cumprimentos
 - Transmissão do cargo

COMITIVA OFICIAL

MINISTROS DE ESTADO

Ramiro Elycio Saraiva Guerreiro
Ernane Galvães
Rubem Carlos Ludwig
João Leitão de Abreu
Octávio Aguiar de Medeiros
Danilo Venturini
Antônio Delfim Netto

CONVIDADOS

Senador Murilo Paulino Badaró
Deputado Federal Paulino Cícero de Vasconcelos

26 DE SETEMBRO
HOTEL PLAZA
NOVA IORQUE – EUA

Entrevista concedida pelo Presidente João Figueiredo, à porta do Hotel Plaza, antes de fazer seu pronunciamento na Organização das Nações Unidas.

O que o espera recolher de seu discurso na ONU?

Nada. Recolher como?

Resultados... Qual e o impacto que espera?

Não espero causar impacto nenhum. Vim apenas para dizer o que penso, para eles pensarem um pouco sobre o que eu penso, mas não espero impacto nenhum.

É a primeira vez que vem à ONU e a impressão nossa é que...

Justamente para mostrar que nós estamos preocupados com a situação econômica, como as coisas estão se processando. A importância que o Governo brasileiro dá a isso é tão grande que eu vim aqui exatamente dizer, com minha própria voz, com minha própria presença, das preocupações que nós temos e como as coisas estão andando.

Só a situação econômica ou também a situação política?

A situação política também.

O Brasil vai precisar ou não de pedir dinheiro emprestado ao FMI?

Não. Acho que não. Por enquanto não. Até agora não constou nada disso.

Nos últimos dias, o Brasil tem tido dificuldades em captar recurso no exterior, essas dificuldades diminuiram?

As dificuldades não são do Brasil, são de todo o mundo. Os bancos pequenos e médios estão-se retraindo.

Presidente, decisões que o Brasil pode tomar afetarão o comportamento de outros países que enfrentam situações parecidas. . .

O Brasil não pode tomar decisão nenhuma. A decisão não é do Brasil. Ela tem que ser tomada em consenso por todos os países.

Mas, o que o Brasil está pedindo?

O Brasil está pedindo um pouco mais de compreensão, um pouco mais de lógica no raciocínio dos países industrializados na maneira de conduzir a sua política econômica, sem o que vai levar ao caos não apenas os países em desenvolvimento, como os países desenvolvidos.

Isso é basicamente um recado para os EUA?

Não é pra todo mundo. . . Não vou especificar ninguém.

Quando se refere à política econômica, não se refere basicamente à política de austeridade dos EUA, na medida em que são os EUA. . .

Não quero dizer que os americanos não tenham sido austeros em matéria de política econômica. A questão é a maneira de enfocar. Por exemplo, uma das questões a que eu vou dar mais enfoque é a questão do protecionismo, da injustiça do protecionismo. Nós trabalhamos cada vez mais e cada vez recebemos menos pelo que produzimos.

Na medida em que houver menos barreiras alfandegárias o Brasil poderá superar a crise?

Exato. Eles precisam criar condições para que os nossos produtos, sejam primários ou manufaturados, tenham condições de entrar no mercado internacional.

No encontro que vai ter com o Secretário de Estado George Schultz, vai insistir especificamente nesse sentido?

De certa maneira, sim. Eu vou fazer ver a ele que a América do Norte, que é um dos países líderes do Ocidente, pense um pouco. Eu comprehendo as razões americanas, mas eles têm que compreender as nossas razões também.

... Da conversa, dos principais assuntos tratados?

Foi uma conversa comum. Não tem nada de importância, nada de profundidade, nada que possa assim. . . apenas conversa normal. Mostrei a ele as dificuldades em que nós estamos, as dificuldades econômicas.

Presidente, o senhor irá à África?

Sim. No início do próximo ano. Devo visitar quatro ou cinco países, mas não estão definidos.

27 DE SETEMBRO
SEDE DA ONU
NOVA YORK – EUA

Discurso do Presidente João Figueiredo
na Sessão Solene do Grupo Latino-Americanano da Organização das Nações Unidas.

Senhor Presidente do Grupo Latino-Americano das Nações Unidas,

Agradeço as generosas palavras que acabo de ouvir de Vossa Excelência. Dirijo-me com prazer aos ilustres representantes dos Governo da América Latina aqui reunidos, para expressar meu reconhecimento pelas manifestações de que fui alvo, e que me foram especialmente gratas.

O fato de ser Vossa Excelência, Senhor Chanceler da Venezuela, quem exerce, neste momento, a Presidência de nosso Grupo Regional, me proporciona uma satisfação a mais. Das viagens aos países vizinhos do Brasil, que empreendi com o propósito de intensificar nossa cooperação igualitária e nosso espírito de unidade, guardo a melhor recordação da primeira, que me levou a Caracas, onde encontrei inesquecível hospitalidade.

Senhor Presidente,

Numa situação internacional alarmante pela incidência sucessiva de conflitos, com perigosos reflexos sobre a segurança coletiva, a América Latina tem papel especialmente construtivo a desempenhar. Meu Governo sabe valorizar a crescente convergência dos países da região nos foros internacionais, de que é exemplo a nossa solidariedade perante as práticas econômicas exclusivistas que nos afetam.

Os Governos representados nesta sala, unidos pela geografia, pela história e pela cultura, têm firme tradição de tratamento pacífico dos litígios internacionais. Essa tradição se projeta extra-regionalmente pela contribuição, atenta e dedicada, que a América Latina oferece às Nações Unidas para a busca da paz.

Senhor Presidente,

Honra-nos o fato de que um digno representante da tradição continental, o Embaixador Javier Perez de Cuellar, responda, neste momento tão carregado de riscos, pelo cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. Seu desempenho, durante o primeiro ano da difícil missão que lhe confiou a comunidade internacional, diz muito das altas virtudes que todos nele reconhecem.

A nós, latino-americanos, cabe revigorar a cooperação internacional e superar as graves ameaças que ensombrecem o futuro da humanidade. Estou convencido de que teremos a energia e o otimismo necessários para empregar os meios hoje disponíveis, muito superiores aos do passado, e resolver muitos dos problemas que desafiam a comunidade internacional.

Os meios existem. Cabe-nos, em consequência, oferecer nosso esforço coeso à comunidade internacional. Devermos buscar o fortalecimento da organização, dinamizando mecanismos que efetivamente previnam e solucionem conflitos, na certeza de que estaremos assim atendendo às aspirações de nossos povos.

Ao lado de nossa luta pela paz, perseveremos no esforço comum pelo desenvolvimento econômico, pela mudança nas regras do comércio internacional, e pelo fortalecimento da cooperação entre os Estados. A América Latina se orgulha – com toda justiça – de sua contribuição política e doutrinária ao trabalho diplomático que os países em desenvolvimento têm realizado, na busca de melhores condições de vida para seus povos. Essa tarefa prossegue, hoje, no centro de nossas preocupações. O Brasil a ela continua fiel. Estamos decididos a honrar, com os demais países latino-americanos, as responsabilidade que nos cabem na criação de uma nova ordem econômica internacional, presidida pela razão e pela justiça.

Muito obrigado.

27 DE SETEMBRO
SEDE DA ONU
NOVA IORQUE – EUA

Discurso do Presidente João Figueiredo
perante a Trigésima Sétima Sessão da
Assembléia-Geral da Organização das
Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Em nome do Governo e do povo do Brasil, desejo congratular-me com Vossa Excelência por sua eleição para a Presidência da Trigésima-Sétima Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Saúdo vivamente os ilustres representantes dos Estados-Membros congregados nesta sala.

Estendo minhas calorosas saudações ao Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, Embaixador Javier Pérez de Cuellar, brilhante diplomata que honra a América Latina.

Apresento ainda sinceros agradecimentos ao Senhor Ismat Kittani, Representante do Iraque, que presidiu de modo seguro e hábil os trabalhos da Trigésima Sexta Sessão.

Neste momento, em que vai iniciar-se o debate geral, manifesto a esperança de que esta Sessão da Assembléia-Geral contribua, eficazmente, para a solução justa das controvérsias que abalam a paz e a segurança internacionais, e para a superação das ameaças à estabilidade da economia mundial.

Há algumas décadas, uma depressão econômica sem precedentes e tensões políticas incontroladas levaram a uma guerra catastrófica. A sociedade de Estados soberanos resolveu então criar, em 1945, uma vasta rede de instituições, destinadas à cooperação entre os Estados,

para evitar a repetição de crises econômicas de tal profundidade, promover o desenvolvimento econômico e social, aliviar as tensões políticas e poupar as gerações seguintes do flagelo da guerra.

Reaparecem hoje sinais que lembram de forma dramática as experiências da década de 30.

Nova crise econômica, que atinge indiferentemente países de sistemas distintos, mostra-se refratária às terapias ortodoxas e assume dimensão global.

Criada para examinar e dirimir controvérsias entre os Estados, a Organização das Nações Unidas, paradoxalmente, se viu transformada, com excessiva freqüência, em palco de confrontações estéreis.

Sabemos, porém, que outras formas de condução da vida internacional dependem inevitavelmente do arbítrio dos Estados mais poderosos, que, às vezes, se contrapõem à causa da liberdade e da justiça entre as nações e entre os homens.

Dante desse quadro, o Brasil reitera seu compromisso de, com os demais Países-Membros, fazer das Nações Unidas um verdadeiro centro de harmonização das ações dos Estados. Não hesito em concluir todos os Governos aqui representados a que observem estritamente, no âmbito internacional, os propósitos e princípios que orientam nossa Organização.

Lanço veemente apelo a que de novo nos congreguemos na tarefa de construção da paz.

Não há, nem pode haver futuro no triste e inaceitável sucedâneo que é o equilíbrio do terror. Não é possível persistirmos na ilusão de que a harmonia mundial poderá alicerçar-se no excesso de capacidade de destruição.

Decênios de encontros e tentativas de negociação não impediram o aumento, o aperfeiçoamento e a diversificação dos arsenais nucleares, capazes de destruir a humanidade de diversas formas, em diversas circunstâncias, por diversas vezes.

Vejo com enorme apreensão a persistência da crise no Oriente Médio, cujos aspectos mais salientes são, neste momento, o conflito entre o Iraque e o Irã e as sequelas da ação militar que vitimou o Líbano, país com que mantemos profundas e fraternas relações. Ainda recentemente, a opinião mundial ficou profundamente chocada com o massacre de civis palestinos em Beirute. Sabemos todos que a questão do Oriente Médio só encontrará solução quando forem desocupados os territórios árabes hoje sob ocupação militar e for reconhecido o direito do povo

palestino a um Estado soberano, assim como o direito de todos os países da região, inclusive Israel, a viverem em paz, dentro de fronteiras reconhecidas.

Também na África Austral persistem focos de tensão gerados pela ocupação da Namíbia, e por sucessivos atos de agressão a países independentes, notadamente Angola. O Brasil não pode deixar de condenar igualmente a discriminação racial, em particular suas formas institucionalizadas, que ameaçam a própria paz internacional.

O êxito dos atuais entendimentos com o objetivo de alcançar rapidamente a independência da Namíbia, com base nas resoluções das Nações Unidas, é o verdadeiro caminho para a remoção de tensões que tanto têm entravado as justas aspirações dos povos da área ao desenvolvimento econômico e à autêntica independência.

Meu país vê com grave preocupação a ampliação do processo de transferência para as regiões menos desenvolvidas das tensões geradas pela confrontação entre as superpotências. A política de prestígio e de poder com relação ao Terceiro Mundo engendra divisões e afeta seriamente as propostas de cooperação entre as nações em desenvolvimento. É firme posição brasileira — é, para tanto, estamos dispostos a prestar nossa contribuição — que esse processo deve ser urgentemente estancado e revertido.

Não se pode aceitar que, em razão da política de blocos, ocorra a ocupação de países soberanos e a interferência em seus assuntos próprios e se imponham limites à sua liberdade, como sucede no Afeganistão. A rejeição do uso da força deve aplicar-se diretamente aos principais focos de tensão de nossos dias.

Na América Central, recrudescem manifestações de uma crise profunda, de proporções históricas e de alcance social, político e econômico. O Brasil, consoante os princípios de autodeterminação dos povos e de não-ingerência em assuntos internos de outros países, crê que a solução política do problema compete aos povos afetados, livres de toda interferência externa, ainda que velada. No campo econômico, não é possível isolar as dificuldades da América Central da crise mundial, nem minimizar a responsabilidade dos países industrializados pela criação de condições propícias à retomada do desenvolvimento econômico e social. A paz e a estabilidade nessa região são pressupostos da boa convivência hemisférica.

No Atlântico Sul, assistimos recentemente à marcha dolorosa das engrenagens da violência. O meu Governo desenvolveu consideráveis esforços, nos últimos meses, em prol de uma solução política e dura-

doura para a questão das Ilhas Malvinas e estamos determinados a dar-lhes prosseguimento, no interesse da paz, da segurança e da concórdia entre as Nações. O Brasil reconhece hoje como desde o início desta controvérsia, no ano de 1833, os direitos soberanos da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas e defende, como sempre fez, a necessidade da realização de negociações como meio adequado para a solução desse problema.

Ressalto, pois, a importância do exame da questão das Malvinas pela Assembléia-Geral, que requer, como passo vestibular de seu encaixamento, a implementação integral da Resolução 502 do Conselho de Segurança. É tempo de que os que com tanto vigor condenaram o emprego da força para a solução de controvérsias demonstrem a coerência e a autenticidade de seus propósitos. É necessário que se iniciem negociações para afastar o risco de tensões crescentes em área cuja vocação é da cooperação e prosperidade.

Senhor Presidente,

O Brasil vive em paz com seus vizinhos imediatos, com a América Latina e com todas as nações que respeitam as bases da convivência internacional.

As relações entre o Brasil e os países amigos da América Latina constituem, na verdade, claro testemunho do êxito que se obtém quando se opta francamente pelo caminho do respeito mútuo, da não-interferência e da busca da convivência harmônica e profícua, acima de controvérsias ou divergências tópicas.

Como parte da América Latina, o Brasil está certo de que seus vizinhos saberão resolver suas divergências, mesmo as de natureza territorial, por meios pacíficos e conciliatórios, e espera que os países-irmãos da América Latina reforcem sua capacidade de diálogo e entendimento regional. Devemos todos trabalhar para que nossa região alcance níveis superiores de desenvolvimento, entrosamento e desempenho positivo na cena mundial.

Com os países-irmãos da África, nossos vizinhos do outro lado do mar, aos quais nos liga uma história comum, o Brasil tem por objetivo desenvolver as mais profundas, diretas e cordiais relações. Propósitos igualmente amistosos movem nossa política de aproximação com as demais nações do Terceiro Mundo.

Integrado no mundo ocidental, o Brasil deseja realizar suas aspirações nacionais com pleno respeito à liberdade, à democracia e aos direi-

tos da pessoa humana. Esses altos valores, bem como a tradição ocidental de pluralismo e de igualdade entre as nações, formam um quadro que faculta ao Brasil atuar fora do constrangimento hegemônico de superpotências ou de pressões ideológicas adversas.

Com os países do Leste, o Brasil busca manter um relacionamento correto, em particular no campo econômico e comercial, com base no interesse mútuo e no respeito recíproco ao princípio de não-ingerência nos assuntos internos.

Para meu país, paz e desenvolvimento não constituem ideais dissociados dos nossos objetivos e ações de política externa. O Brasil efetivamente trilha a rota do universalismo, da boa convivência e da dignidade nacional.

Senhor Presidente,

É a gravidade da situação internacional que traz às Nações Unidas, pela primeira vez, o Presidente da República Federativa do Brasil.

Nunca, na história da Organização, foram tão sérios os riscos e ameaças à paz, à segurança e ao progresso das nações. Nunca foram tão grandes e tão importantes os desafios.

Conclamo os Governos de todos os Estados-Membros para que, juntos, empreendamos um esforço resoluto no sentido de enfrentar os problemas internacionais que se avolumam e de fazer retroceder as forças que conduzem à desesperança.

É nosso dever comum corresponder às expectativas de nossos antecessores, que, havendo experimentado eles próprios as duras consequências da desorganização política, da depressão econômica e da guerra, comprometeram seu empenho e o nosso na promoção da paz e do desenvolvimento.

São demasiadas as deficiências do atual ordenamento internacional. Trata-se de um quadro pobre em realizações e rico em problemas; pobre em criatividade e rico em manifestações de desorganização; pobre, enfim, em eficácia e justiça e rico em desperdício e desequilíbrios. Não posso ficar indiferente a esse quadro. É imperativo corrigir os graves defeitos que nele sobressaem.

A sociedade das nações é essencialmente uma comunidade política. Como não se pode, ao nível nacional, decidir sem consulta aos interesses e anseios do povo, tampouco se pode, neste foro, fazer **tabula rasa** das reivindicações justas e legítimas da grande maioria das nações e preservar as estruturas verticalizadas de poder internacional.

É crucial o papel político das Nações Unidas na luta contra o conformismo, a intransigência e as ambições de vitória absoluta. Só nesta Organização pode gerar-se a convivência democrática entre os Estados.

Senhor Presidente,

A vertiginosa liberação de forças produtivas em escala planetária no pós-guerra, construiu, em questão de poucas décadas, a intrincada tessitura de um mundo diferente, mais complexo e instável, mas também mais diversificado e promissor. Em consequência, a interdependência entre as nações tornou-se uma necessidade histórica.

Foram poucos e insatisfatórios, contudo, os aperfeiçoamentos que conseguimos introduzir nas estruturas de convivência internacional.

Manifesta-se, lamentavelmente, uma regressão até mesmo nos débeis esforços de cooperação internacional para o desenvolvimento. A interdependência entre as nações parece por vezes degenerar em tentativas de reconstrução de quadros hegemônicos ou sistemas de subordinação, que em nada contribuem para a prosperidade, seja no mundo industrializado, seja do mundo em desenvolvimento. Como em muitos casos praticada, a interdependência parece reduzir-se a um novo nome para a desigualdade.

Os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios. Na verdade, não há uma crise entre Norte e o Sul, mas uma crise profunda do próprio sistema econômico internacional. É a mesma situação que afeta a ambos, situação terrivelmente adversa e da qual só sairão pelo caminho do entendimento e da solidariedade, nunca pelo retorno à acrimônia e à confrontação.

O desafio que a todos os países se coloca é o de como se ajustarem às novas realidades dos anos 80.

Para o Norte, trata-se de compreender em toda sua extensão — e em seu potencial de enriquecimento para o comércio internacional — o fato inelutável da definitiva emergência do Terceiro Mundo como parceiro dinâmico, e sua busca de uma posição de maior destaque no cenário da economia mundial.

Quanto ao Sul, é chegado o momento de darmos expressão efetiva à coesão que temos sabido preservar para além das dificuldades externas e diferenças internas. É necessário caminhar para a implantação de uma interdependência verdadeiramente solidária entre a América Latina, a África e a Ásia.

Devemos deixar claro — por nossas ações como por nossas pa-

vras — que a diversidade do Terceiro Mundo encerra insuspeitadas oportunidades de complementaridade econômica, e é fator de união, não massa de manobra para iniciativa — como a discriminação arbitrária entre países em desenvolvimento — que visam a desfazer ao mesmo tempo a coesão do Terceiro Mundo, a cooperação internacional para o desenvolvimento e o diálogo Norte-Sul.

Precisamos, também, demonstrar plenamente nossa capacidade de buscar, com serenidade e espírito construtivo, o encaminhamento de nossas postulações. Estas, por mais justas que sejam, não nos devem levar a atitudes negociadoras rígidas e maximalistas — sob risco de assim acabarmos por enfraquecer nossos próprios princípios e ideais, e exacerbar ainda mais a intransigência que caracteriza alguns setores do mundo desenvolvido.

Senhor Presidente,

Têm sido infrutíferos os esforços do Terceiro Mundo no sentido de modificar — em instituições como o FMI, o Banco Mundial e o GATT entre outras — quadros normativos, estruturas de decisão e regras operacionais discriminatórias.

Postulações repetidas há anos ou mesmo décadas chocam-se contra a impenetrável muralha do poder de veto de uns poucos, capaz de sobrepor-se às mais óbvias considerações de racionalidade ou às mais fundadas pretensões de eqüidade.

Onde estejam em pauta interesses das grandes potências, entretanto, multiplicam-se as iniciativas.

Não convém mobilizar o GATT em direção a novas tarefas normativas, em áreas como as de exportação de serviços e de políticas de investimentos, visando à criação de regras que poderiam dificultar o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados internacionais e, até mesmo, sua capacidade de ordenação dos próprios mercados internos. Ao mesmo tempo, não se podem deixar de lado questões fundamentais relacionadas com o aprimoramento daquele organismo e com o atendimento de reivindicações de seus participantes em desenvolvimento.

Em foros de natureza financeira, são definidas — e por vezes adotadas contra a maioria, por força de sistemas decisórios defeituosos — medidas que restringem a flexibilidade das operações, aumentam as exigências de condicionalidade e discriminam os países em desenvolvimento.

Paradoxalmente, certos países procuram manter seu controle sobre organizações que parecem condenar, senão ao desaparecimento, pelo menos à insignificância, tão grande é a assimetria entre as necessidades crescentes de seus filiados em desenvolvimento e os recursos financeiros colocados à sua disposição.

Os princípios do livre-comércio não podem limitar-se — seletiva e arbitrariamente — aos fluxos de capital, enquanto permanece cerceada a transferência de tecnologia e se inibe a capacidade de atuação por parte dos países em desenvolvimento importadores de capital.

Os ideais do livre-comércio não podem ser contraditórios com a preservação e mesmo o reforço da autonomia dos países do Terceiro Mundo.

A interdependência não pode ser conceito inimigo das soberanias nacionais.

Aos países em desenvolvimento, que por tanto tempo se bateram pela soberania permanente sobre seus recursos naturais, abre-se hoje o novo desafio de preservar a soberania sobre o seu espaço econômico próprio.

Tal não significa, contudo, que aos países em desenvolvimento seja aconselhável a hostilidade, ou sequer o desinteresse, quanto à maior interação no plano internacional, mesmo no que se refere aos fluxos de capital e tecnologia e às operações das transnacionais. Pelo contrário.

É inegável que a imensa maioria dos países em desenvolvimento — a começar por aqueles de expressão nitidamente ocidental, como o Brasil, mas incluindo outros de diferente conformação político-econômica — aspiram ao estreitamento e diversificação de suas ligações com o ocidente desenvolvido, fonte valiosa de fatores de produção necessários a seu desenvolvimento.

A preservação e fortalecimento do espaço econômico nacional desses países não limitará a expansão do sistema econômico internacional. Será, sim, fator de alargamento do espaço econômico global, para benefício de todos.

Senhor Presidente,

Impossibilitado, por motivo de saúde, de comparecer à Reunião de Cancún, acompanhei aquele acontecimento com interesse e esperança, e até com emoção.

Não posso, por isso, aqui deixar de expressar, em nome do Gover-

no e do povo brasileiros, o sentimento de profundo desencanto diante da inexistência, até esse momento, de qualquer seguimento prático ao encontro de Cancún. Vemos com ansiedade, ao contrário, a continuada — até acelerada — erosão dos instrumentos e instituições que deveriam dar solução aos problemas internacionais.

Vemos com preocupação ainda maior a resistência de importantes setores do mundo desenvolvido ao que havia sido a grande conquista conceitual, de Cancún: o reconhecimento do fato de que os caminhos da solução da atual crise passam também pelos rumos do Sul, e devem transitar pela rota da cooperação entre as nações, e não depender apenas das incertezas do mercado. A crise que vivemos é global em mais de um sentido: atinge praticamente a totalidade dos países e é, ao mesmo tempo, financeira e comercial. Além de ampla, é profunda: o investimento produtivo está sendo asfixiado em escala planetária, ao impacto das elevadas taxas de juros e das incertezas sobre as perspectivas do comércio e do sistema financeiro internacionais.

Tudo se passa como se subitamente se houvesse paralisado uma grande potência econômica do mundo desenvolvido: 30 milhões de trabalhadores altamente qualificados estão desempregados na América do Norte e Europa Ocidental.

Mas o efeito de tal situação de crise sobre os países do Sul é ainda mais devastador: As economias em desenvolvimento não-exportadoras de petróleo experimentaram nos últimos três anos uma deterioração de relações de troca jamais observada em sua história. Vale dizer, os esforços exportadores crescentes vêm sendo neutralizados com ingressos decrescentes de divisas, que configuram uma verdadeira espiral de pauperização.

Anos de paciente investimento na criação de uma infra-estrutura exportadora, que vinha permitindo aos consumidores dos países desenvolvidos adquirir produtos do Sul em condições vantajosas, são desbaratados por barreiras protecionistas intransponíveis.

— A persistência de altas taxas de juros retira a rentabilidade financeira de investimentos de longa maturação já efetuados, e ameaça inviabilizar economicamente projetos indispensáveis à superação das dificuldades atuais.

— A elevação do custo de serviço da dívida externa cria para alguns países situações insustentáveis, como demonstram acontecimentos recentes que afetaram, de forma dramática, alguns dos mais promissores países do Sul.

Todo esse sacrifício ainda poderia ser tolerado se, em decorrência, a recomposição da ordem econômica internacional pudesse ser vislumbrada num horizonte de tempo razoável. Infelizmente, este não é o caso. A política econômica das grandes potências está destruindo riquezas sem nada construir em seu lugar. O enrijecimento dos fluxos financeiros e o processo de inibição das trocas internacionais destroem as perspectivas de superação das dificuldades presentes.

O momento impõe-nos a todos uma atitude recíproca de compreensão e flexibilidade. O diálogo Norte-Sul deve ser revigorado com urgência. Aos esforços a longo prazo — para o que se faz tão necessário o lançamento das negociações globais — é imperioso acrescentar desde logo a discussão dos aspectos de curto prazo da crise.

A definição da economia do futuro passa pela superação dos problemas do presente. A tarefa de reformular o sistema econômico internacional é impostergável, mas, nas atuais circunstâncias, temos de iniciá-la pelo esforço de evitar a própria derrocada do sistema.

Para tanto, é essencial que nas principais organizações internacionais se inicie, desde logo, um exame integrado e objetivo das medidas de emergência que se afigurem viáveis para o desafogo dos fluxos internacionais de comércio e finanças.

É imprescindível que os países desenvolvidos se disponham a tomar iniciativas com os seguintes objetivos:

- liberalizar o comércio;
- expandir os fluxos financeiros internacionais;
- adotar nova política de juros, e iniciar com urgência o trabalho de revisão do sistema monetário internacional.

Os países em desenvolvimento, por sua tendência estrutural ao déficit em conta-corrente, não podem ser os primeiros a eliminar as barreiras comerciais, com o que estariam apenas agravando seus déficits, sem criar um impulso suficiente para a recuperação da economia mundial. É preciso que os países desenvolvidos aceitem como inevitável a reestruturação de suas economias. Somente quando os países desenvolvidos abrirem mão da proteção de setores que deixaram de ser competitivos, poderão os manufaturados e semi-manufaturados dos países em desenvolvimento ocupar seu lugar nos mercados internacionais, em benefício dos consumidores do Norte e dos produtores do Sul.

É urgente aumentar ao mesmo tempo a disponibilidade de recursos sob controle das entidades financeiras internacionais e a participação das autoridades monetárias na preservação da liquidez e estabilidade

do sistema financeiro internacional. Só assim poderá a comunidade internacional — e os países em desenvolvimento em particular — livrarse da camisa-de-força representada pela contração simultânea do comércio e dos fluxos financeiros de natureza oficial.

Quanto à questão das taxas de juros, não há divergência necessária entre os objetivos maiores da política econômica dos países do Norte e um gerenciamento de suas taxas de juros compatível com a viabilidade econômica e financeira das economias em desenvolvimento. Na verdade, atende aos interesses de todos evitar que a desarticulação das economias em desenvolvimento acarrete um efeito desestabilizador indesejável sobre os países do Norte.

De outra parte, é forçoso reconhecer que uma das condições essenciais para a reativação do comércio mundial é a recuperação de um mínimo de estabilidade no sistema monetário internacional, que não pode constituir-se num fator de turbulência, deixado ao arbítrio das variações unilaterais de política econômica de umas poucas grandes potências.

A solução da presente crise não é uma questão de ajuda para os países em desenvolvimento. Trata-se, sim, de assegurar condições para que eles possam saldar seus compromissos com a justa remuneração de seu trabalho.

Senhor Presidente,

Aqui venho para expressar as mais legítimas aspirações de meu país. Move-me acima de tudo a preocupação de assegurar o bem-estar de meu povo. Vimos realizando um esforço notável de desenvolvimento econômico, com resultados promissores que enchem de esperança não só o povo brasileiro, mas também todos os povos que anseiam por conquistar níveis de vida compatíveis com a dignidade humana e com o grau de desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico de nossa época.

É minha obrigação buscar condições internacionais propícias ao prosseguimento deste nobre esforço em que se empenha o meu povo, pois o Brasil não abrirá mão do lugar que lhe cabe no concerto das nações.

Espero que a concorrência vinda do Sul será compreendida como expressão válida do dinamismo político e econômico dos povos que aspiram ao desenvolvimento. Que essa concorrência não será pretexto para a acomodada preservação de padrões de relacionamento iníquos

e ineficientes, mas sim impulso para a busca corajosa da renovação.

Estou convicto de que os Estados mais poderosos saberão responder de modo criativo à nova realidade consistente na emergência do mundo em desenvolvimento como parceiro ativo nos múltiplos cenários da vida internacional.

Tenho inabalável confiança na capacidade de renovação da sociedade internacional.

Hoje, contudo, o clima de conflito entre as nações, nos campos político e econômico, atinge níveis ameaçadores. É neste momento que se faz sentir, em toda a sua força, o imperativo moral e político da cooperação internacional, para que possam ser assegurados, de forma racional, os destinos da sociedade das nações.

A consciência de que a comunidade internacional hoje enfrenta o mais amplo desafio à sua capacidade de ação impõe esforços ingentes e impostergáveis nos seguintes campos:

- Solução, por via de negociação, das tensões e disputas que envenenam o panorama internacional, tanto no plano Leste-Oeste quanto em áreas do Terceiro Mundo.
- Valorização do diálogo e da conciliação, e fortalecimento das instituições internacionais, a começar pela própria Organização das Nações Unidas.
- Efetiva retomada do diálogo Norte-Sul, compreendendo o lançamento das negociações globais, como demonstração da disposição de todos de responder aos anseios da imensa maioria das nações.
- Ação concreta e imediata, sem prejuízo para a retomada desse diálogo, sobre as mais prementes questões econômicas que ameaçam a comunidade internacional a curto prazo.

Senhor Presidente,

Faço os meus melhores votos para que os trabalhos desta Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas tenham pleno êxito. Exorto os representantes dos Estados aqui reunidos a assumirem por inteiro a responsabilidade histórica intransferível de corresponder às expectativas dos que, em 1945, fundaram esta Organização, e de construir para as gerações futuras uma estrada mais larga no rumo da Paz e do Desenvolvimento.

Estamos no limiar de um mundo novo. Permita Deus que, graças a nossos esforços, seja ele um mundo melhor. O Brasil, eu vos asseguro, está pronto a cumprir sua parte nesse empreendimento.

Muito obrigado.

27 DE SETEMBRO
SEDE DA ONU
NOVA IORQUE – EUA

Discurso do Presidente João Figueiredo
por ocasião do almoço oferecido pelo
Secretário-Geral da Organização das
Nações Unidas.

Senhor Secretário-Geral,

Agradeço, muito sensibilizado, as palavras de Vossa Excelência. No presente quadro internacional, afetado por crises políticas e econômicas de gravidade crescente, constitui motivo de tranqüilidade para todos nós o fato de que tenham sido confiadas a Vossa Excelência as árduas tarefas de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Ao longo de sua vida diplomática, Vossa Excelência tem dado prova de equilíbrio, de espírito público, e de todas as outras qualidades necessárias ao desempenho do cargo que ocupa.

Merece destaque o papel construtivo que Vossa Excelência desempenhou, faz pouco tempo, na tentativa de serenar os ânimos por ocasião do conflito relativo às Ilhas Malvinas. Se não foi possível evitar o então confronto armado, isto revela apenas as dificuldades, por vezes insuperáveis, que se antepõem ao primado da razão e da objetividade.

O empenho de Vossa Excelência, nessa como em outras situações difíceis, é motivo de alento para todos os que esperamos e confiamos em ver resolvidas, pela negociação e pelo entendimento, as disputas internacionais. Para tanto, poderemos sempre contar com a competência e o esforço incansável de Vossa Excelência.

Já no relatório sobre o trabalho da Organização apresentado à Assembléia-Geral ora reunida, Vossa Excelência revelou também a

dimensão inovadora de seu pensamento e de seus propósitos. Ao examinar questões fundamentais, que a todos nos preocupam, esse documento aponta soluções criativas e justas, essenciais ao encaminhamento adequado dos atuais problemas.

Não há mais dúvida, Senhor Secretário-Geral, de que a transformação da realidade internacional, em bases construtivas e consensuais, impõe-se como pressuposto necessário da paz e do desenvolvimento. Essa mudança é, na verdade, a única perspectiva sensata, pois é a única que permite, ao mesmo tempo, a realização das esperanças dos países em desenvolvimento e a própria solução eficaz dos problemas que afetam os países industrializados e a comunidade internacional como um todo.

O exame da situação atual, marcada por tão graves e tão urgentes questões — e o relato recente de Vossa Excelência a esse respeito é esclarecedor —, revela a importância primordial de se revitalizarem os processos decisórios internacionais, especialmente os mecanismos de que dispõem as Nações Unidas.

O Governo brasileiro há muitos anos vem insistindo para que se tomem medidas de agilização diplomática das Nações Unidas, com vistas ao fortalecimento da paz e da segurança internacionais. A atitude de Vossa Excelência, vindo ao encontro de nossos anseios, recebe de nossa parte, o mais firme apoio.

Senhor Secretário-Geral,

A América Latina está honrada pela confiança que a comunidade internacional deposita em Vossa Excelência. Não poderia haver melhor intérprete das contribuições positivas que, desde muito tempo, nossa região tem aportado ao desenvolvimento da boa convivência entre as nações.

Convido todos a brindarem pelo êxito crescente da Organização das Nações Unidas, pela paz mundial e pela saúde de Vossa Excelência.

28 DE SETEMBRO
HOTEL PLAZA
NOVA IORQUE – EUA

Entrevista concedida pelo Presidente João Figueiredo, à porta do Hotel Plaza, minutos antes de sair para o aeroporto.

Presidente, o senhor acha que atingiu algum objetivo com seu discurso na ONU?

Só sei que eu disse o que eu queria.

O Senhor leu a matéria que o "New York Times" publicou na primeira página sobre ele?

Eu vi o "New York Times" assim... não tive ocasião de ler todo não.

O senhor já tomou conhecimento de alguma repercussão do pronunciamento?

Não sei, até agora. A mim não chegou nada não.

Mas nas conversas que o senhor manteve com diplomatas de outros países, houve algum...

Eles receberam bem.

Até o Secretário de Estado Schultz?

O Secretário Schultz recebeu bem. Mas tenho a impressão de que ele recebeu bem porque não fez comentário e a conversa foi cordial.

O senhor podia adiantar...

Adiantar o quê?

Qual o impacto dessa situação econômica na situação política, na campanha eleitoral, por exemplo?

Não vejo impacto. . . É que a oposição pode explorar, como está fazendo, dizendo que a culpa de tudo o que está acontecendo é do Governo. Como se eles pudessem estar no Governo e eliminar as causas disso.

O calendário econômico pode alterar o político?

Não. Isso não. As eleições vão-se realizar a 15 de novembro. Os eleitos serão empossados, quer o dólar esteja a 600, que esteja a 800, quer esteja a 100, quer os juros estejam a 20, quer estejam a 10. Mas que há consequência, há. Todos podem explorar, de certa maneira, na campanha política, em seu proveito. . .

REPERCUSSÃO NA IMPRENSA

"All the News
That's Fit to Print!"

The New York Times

VOL. CXXXII... No. 41,490

Copyright 1973 by The New York Times

NEW YORK, TUESDAY, SEPTEMBER 26, 1973

50 CENTS



President João Baptista Figueiredo, the military ruler of Brazil, left, and the United Nations General Assembly. Also in New York for the U.N. meeting were Foreign Secretary François Mitterrand, below, and Secretary of State George P. Shultz, right, with Enver Hoxha, below right, General Assembly President.



Questions Rising Over U.S. Study And Role of Company Executives

By DAVID BRONKIN
Special to The New York Times

WASHINGTON, Sept. 22.—Federal investigators have issued a new report of the Pecony Square Bank of Oklahoma City, which the Justice Department has for possible criminal prosecution, and it includes recommendations against trial.

CRIMINAL INQUIRY ON PENN BANK SET

30 Cases in Oklahoma Studied
for Possible Prosecution

By JEFFREY GUTH
Special to The New York Times

WASHINGTON, Sept. 22.—Federal investigators have issued a new report of the Pecony Square Bank of Oklahoma City, which the Justice Department has for possible criminal prosecution, and it includes recommendations against trial.

The documents show that the 30 cases involve dozens of individuals, ranging from bank officials to customers, and a wide variety of possible violations.

These include allegations of aiding in the sale of bank funds, conspiracy, bank loans, mail and wire fraud, and various types of bank records and insurance transactions, among other things.

The documents also show the names of individuals involved in the various cases, and the names of the companies and individuals involved in the industry that may raise the issue of conspiracy, as well as some large borrowers from the bank.

Although criminal cases often result from civil investigations, the Pecony Square investigation was conducted by the Justice Department's Criminal Division, and it is not clear whether or not the cases will be referred to the Justice Department's Criminal Division.

The documents also show the names of individuals involved in the industry that may raise the issue of conspiracy, as well as some large borrowers from the bank.

Although criminal cases often result from civil investigations, the Pecony Square investigation was conducted by the Justice Department's Criminal Division, and it is not clear whether or not the cases will be referred to the Justice Department's Criminal Division.

Continued on Page D4, Column 1

Continued on Page D4, Column 1</



Na ONU, Figueiredo critica as superpotências, denuncia teópés e pede entendimento

Juiz investiga divida externa da Argentina

Buenos Aires — O juiz federal Martin Azcuna ordenou que os advogados para determinar a responsabilidade dos membros do governo militar argentino pelo aparentado crescimento da dívida externa do país nos últimos anos. O magistrado, que é autor da Lei de Regulação das Relações Exteriores, deve informar qual foi o incremento das medidas adotadas pelo governo. Economic Martínez de Hoz sobre a dívida externa, que passou de US\$ 10 bilhões, de 1976 a 1981, para US\$ 20 bilhões, com repasses só de rendimentos do ex-presidente Reynaldo Bignone, quando assumiu o cargo dentro de Argentina na guerra dos Falklands.

Agência FAP

Uma proteção internacional para palestinos

BERLIM — Documentos franceses divulgados pela imprensa internacional de que consagraram umas posições em favor da causa palestina e dos refugiados palestinos de Beirute e Chatila, onde ocorreu o massacre de 1500 cristãos maronitas norte-americanos só desembocaram em Berlim quando as tropas israelenses desembarcaram a maior parte da população da cidade, e que deve acontecer ainda mais tarde, quando chegará o pedido do governo libanês para proteger os palestinos.

Agência FAP

Schmidt ganha com a derrota dos liberais

BONN — O líder do Partido Social Democrata da Baviera, Franz Josef Strauss, adiou ontem uma reunião com os dirigentes do Partido Democrata-Cristão e do Partido Liberal-Geral, para a apresentação de uma proposta de cunho destinada a demonstrar o seu apoio ao projeto de Helmut Schmidt. A decisão foi tomada depois que os liberais entraram para o governo no dia 20 de setembro no Estado de Hessen, com 11,1% e perdendo sua representação no Parlamento.

Agência FAP

SIP condena as leis de exceção do País

CHICAGO — No Brasil há liberdade de imprensa e são inegáveis os direitos de manifestação, mas não é assim no Chile, que é o resultado da experiência, mostra a Lei de Segurança Nacional, invocada pelo governo de Augusto Pinochet. A Organização das Nações Unidas (ONU) condenou a lei chilena.

A justiça das Justas Mídia

A advogada da família Lettice, que lutava para obter a liberdade para seu filho, o jornalista Moacir Matos, diretor responsável do O Estado, saiu da audiência de julgamento da Lei de Segurança Nacional, encantada. A audiência foi acompanhada ontem à tarde no Tribunal Militar de São Paulo.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

para o diretor da Folha de S. Paulo, Júlio César Ferreira de Oliveira, e o Conselheiro de Estado, José Gómez, ambos acusados de terem tentado retardar a votação da lei de direitos autorais.

Agência FAP

Paulo documenta denúncia contra Lettice

CORREIO BRAZILIENSE

Órgão dos "Diários Associados" - Londres, 1808. Hipólito José da Costa - Brasília, 1980. Assis Chateaubriand

Número 7156

PDS perde seu líder, Cantídio

Cantão — Foi o líder de primoríssima». Encostado, o presidente Figueiredo, em Nossa Senhora, integralizou à família do deputado: «... e que é deputado há 49 anos, falces ontem, pés na manha, em São Paulo, vítima de clácer. O seguidamente está mandado para as 11 horas de hoje, no Hospital das Clínicas, há 10 dias, a líder do PDS na Câmara fêz peregrinações por hospitais, tentando viver a morteira que tem o levo». Cantão era da mesma opinião. «Aqui, só o Dr. Vargas, no seu adal Congresso. A partir de 1963, exercerá sucessivamente mandados na Câmara Federal, elegerendo-se, infelizmente, pelo extinto PDS.

**Seap marca
em cima
contra alta**

O Secretário especial de Abastecimento e Preços-SEAP, Júlio César Martins, anunciará ontem que o Governo acompanhará a evolução dos preços de produtos industriais dependentes da importação de matéria-prima ou componentes, para evitar "uma especulação de preços" por parte da indústria. Confidencialmente, Júlio César.

essa decisão decurso da suspensão da importação de polímeros de petróleo, na última feira-frete, pelo Conselho de Comércio Exterior (Cecex). O decreto é de 10 de março, creio eu, será feito pelo presidente Ernesto Geisel, interinamente de Peçô-CIP, que já dispõe de todos os instrumentos para o efeito.

Na terça-feira, dia 10, o presidente da Mibrasa, José Góes, nos anúncios de seu anúncio de aumento de 20% nas prestações de empréstimo para a indústria, disse que o aumento se passaria para amanhã. Para José Celso Martini, o bom comportamento das preços deve haver impacto direto contra os impostos (Página 1).

O COSMOS
Com Carapeguá formando o maior clube do Brasil e Adílio Zico, o Flamengo enfrente o Cosmos, hoje, às 22 horas, no estádio Brinco de Ouro, no Rio. No dia 19, contra o São Paulo, no Morumbi, em São Paulo. No dia 21, contra o Fluminense, no Maracanã, em São Paulo. No dia 23, contra o Grêmio, no Beira-Rio, em Porto Alegre. No dia 25, contra o São Paulo, no Morumbi, em São Paulo. No dia 27, contra o Fluminense, no Maracanã, em São Paulo. No dia 29, contra o Grêmio, no Beira-Rio, em Porto Alegre. No dia 31, contra o São Paulo, no Morumbi, em São Paulo.

contra aquela cidade.
Aos chegar à Nova Iorque, de-
ram, o Flamengo encontrou uma
temperatura fria, além de chuvas
intensas, o que deveria prejudicar
a renda dessa noite. Embora
o estádio tenha capacidade para 60
mil espectadores, os organizadores
admitem um máximo de 40 mil
pessoas. (Página 17)

VISITA A CHIANDO

A black and white portrait of a middle-aged man with a receding hairline and glasses, wearing a striped suit and tie. The image is framed by a thick black border.

FIGUEIREDO NA ONU

1 Os palestinos têm direito a um estado, e as Ilhas Malvinas são argentinas

2 É preciso reduzir as tensões mundiais, dando voz ao mundo em desenvolvimento

3 Os países ricos têm que admitir a participação crescente dos pobres



Resumo do 2010 - Um novo mês de Zeppelin Mineração, o resumão das suas atividades para este ano e muito mais! Veja só!

Clima é de guerra mundial

Nunca foram tão sérios os riscos e ameaças à paz, e nunca foram tão grandes e importantes os desafios

HOME

CORRIDA BRASILEIRA	
A milha de distância	1000m
Despertar	1000m
Orienteiro	1000m
Napoleão	1000m
Introdução	1000m
Economia	1000m
Globo	1000m

NEY MOHN
O administrador de empresas militante da direita Ney Mohn acusou o autor da faixa do bairro "O São Paulo é..." de ser o "maior terrorista do Brasil".

tais da parceria "O São Paulo de Arquitetura e Preservação", que, em entrevista ao *Campo Brasileiro*, não só expõe o conceito de preservar como faz valer da causa. Muito mais, comenta a sua participação no "Movimento Nacional" para os partidos políticos e classe dirigente social como "liberal progressista". Ele também expõe sua participação nas entidades partidárias pelas quais serviu: "PDT" e "Vala-4" (Cedocer).

MADRE TEREZA

ta de maior variedade de plantas do Brasil. Pela, quando, fez uma expedição botânica ao Sítio das Laranjeiras do Instituto de Botânica das Ciências, em Rio de Janeiro, embrioucos nesse local para recolher os pertences provenientes das microexpedicções levadas a cabo no Rio, no Baixão de Encantado. A tarde, ouviu falar com o arcebispo D. Engleberto de que para cultuar dos dezoito bispos falecidos no Brasil, destinado de sua missão religiosa, em Bonsucesso. E, lá às 19 horas, embrioucos condecorou a ordem.

Vouloir rien faire pour que, mais il n'y a rien à faire.

**Demitido
delegado
da DRT-DE**

Ferroviás:
ociosidade
não acaba

A indústria ferroviária só continuaria com sua capacidade ociosa pelo menos até que o Brasil superasse a crise econômica, admite o ex-ministro dos Transportes, Clóvisaldo Severo. De acordo com o ministro, não há como acabar com a ociosidade do setor, que ele debita a um problema estrutural, mas ele acha que é favorável os empresários "quando o Brasil sai da crise econômica". Severo anuncia que o Ministério dos Transportes já tem as projeções das necessidades brasileiras até 2016, de vagões, locomotivas e trens que vão servir de base para o planejamento emergencial a ser lançado no ano

Aumenta o consumo

O consumo nacional médio dia-rio das derivadas de petróleo, em agosto desse ano, aumentou em 4,2 por cento, em relação ao consumo registrado em agosto do ano passado, de acordo com dados divulgados ontem pelo Ministério das Minas e Energia. Em comparação ao mês de julho do ano passado, o crescimento foi de 5,4 por cento. A média diária de consumo de gás li-quido, entretanto, de agosto pa-ra julho, caiu 9,9% (Página 12).



Um discurso veemente, destinado a ampla repercussão mundial, marcou ontem a presença de Figueiredo na tribuna da ONU. Ele denunciou o protecionismo, o FMI e o Banco Mundial.
PÁGINAS 25 a 29



Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a falar da tribuna da Assembleia Geral

zero HORA

ANO XIX — Terça-feira, 20/02 — N° 6218
PORTO ALEGRE — 70,00

BRASIL DENUNCIA DISCRIMINAÇÃO NO MUNDO EM CRISE

O combate à crise da nostra do Sul. Três dos 37 vagões foram jogados fora dos trilhos. Na PÁGINA 5

**Trem sai
dos trilhos
em Canoas**



Trem levado às berlindas do Rio



**Ventos de 101 Km
em Porto Alegre**

O vento, que levantou ondas de quatro metros no Guaporé, causou estragos nas vilas pobres. Notícias de tempestades na PÁGINAS 25/26

Malinha tenta fugir. E apanha

Osmar Soares (o Malinha) e seu colega César tentaram fugir do Presídio Central uma semana depois da fuga e morte de Faleiro e Hector da Ilha das Pedras. PÁG. 27



jornal da tarde
Cr\$ 60,00
O ESTADO DE S. PAULO

Delfim
otimista:
crédito
garantido.

Tarja-falsa, 28 de setembro de 1982, Número 2.127, Ano 17

Figueiredo propõe medidas de emergência contra a crise mundial



Primeiras reações do discurso na ONU, sua íntegra, a análise de seus pontos mais importantes e a nossa opinião.

Páginas 2 e 3 e editorial na 4

AVENTANIA



Os revolucionários, em algumas poucas cidades, voltaram a sair à rua (Foto: Agência Interpress) - Foto: Agência Interpress

Na SIP,
contra as
leis de
exceção.
Página 2

General
Gatão
quer
que
governos
e militares
se
mobilizem.
Página 13

Massacre:
Begin vai
pedir o
inquérito?
Página 11

Reunião
do
Comitê
de
Defesa
da
Cidade
de São
Paulo
é
cancelada.
Página 12

Na Fiesp,
agora,
um novo
Grupo 14.
Página 3



Paz e justiça, pede Figueiredo aos ricos

Loteia faz
mais um
milhão em Goiânia

Um governo de Goiás que é o mais conservador da história do Brasil, com uma taxa de inflação de 11% e uma taxa de desemprego superior a 10%, não pode ser considerado um governo de sucessão, apesar de ter sido eleito com 51,4% dos votos, contra 48,5% de Lúcio Tapajós. O resultado das eleições de 1986, no entanto, não deve ser interpretado como uma vitória do governo de Figueiredo. O presidente eleito, que é o mais conservador da história do Brasil, com uma taxa de inflação de 11% e uma taxa de desemprego superior a 10%, não pode ser considerado um governo de sucessão, apesar de ter sido eleito com 51,4% dos votos, contra 48,5% de Lúcio Tapajós. O resultado das eleições de 1986, no entanto, não deve ser interpretado como uma vitória do governo de Figueiredo.

1 Reapareceu hoje no mundo "ainda que lhe haja de forma drástica" da adesão à descolonização dos territórios iranianos, ressuscitamento da paz entre Irã e Iraque, soberania e paz em Israel.

2 "Lançou veemente apelo a que nos congregarmos na construção do país. Não faltam os seguidores de fato", disse de

3 E mais: a união sócio-econômica de Oriente Médio e a descolonização dos territórios iranianos, ressuscitamento da paz entre Irã e Iraque, soberania e paz em Israel.

4 O Brasil vê com "grave preocupação a transferência para os países menos favorecidos das vantagens entre as superpotências".

5 O Brasil condena a ocupação da Namíbia, as agressões à África do Sul, a ocupação do Afeganistão. Recusa o envolvimento das ilhas Malvinas e pede negociação.

6 O Brasil condena os sistemas profissionais no comércio internacional, as altas taxas de juros e o desequilíbrio tecnológico. Pags. 9 e 10

Gallup dá 49% a Iris e 36 a Otávio a Otávio

A última pesquisa feita pelo Instituto Gallup para a revista Veja em Goiânia, com 42% do eleitorado dos votantes, Iris Rezende é 36% para Otávio Lage Portela, um resultado crençoso para o candidato do PMDB e o mesmo índice para o de Iris. Segundo o Gallup, Iris cresce 10% no interior. Pág. 7

Menino
morte no
hipódromo

Wenceslau
Machado
Coronel
Silveira
allegado
de
Hélio
de
Laguna,
mota
dias antigas
Pág. 10

Brasílio desiste de ser candidato?

A estratégia leva de forma
descrição bem sucedida
o deserto do lado
oposto ao do candidato
do PMDB. Mas o
lado norte da capital
é o que mais tem
votado para o candidato
do PDS, que é o que
o governador — que ainda
não se confirmou. Pág. 5

Diário da Manhã

HOJE
11 paginas
Novo predestinado
do Vaticano

O programa
econômico
do PT

Marcos Freire
dir como foi
orientado

Esta de volta
o passado

Termos gerais
do Pernambuco

Israel vai de
Brasília amanhã

As previsões
de Rofical
para 1983

A carta aos
Companheiros
Sousa-Torre

Supermercados
de denunciadas

Invasões da
Vila Silveira
querem ficar

Estudantes
discutem
muito sobre

Conselho
temporâneo
para futebol

A deixa de
sair Wright

Vídeo de
Brazil no
Argentina

Ana Paula
quer
golês da
Sao Paulo

Atletico e
Vila Nova
na classificação

Prótestos de
Goiânia pode
ser julgado

Classificados

Prefeitos vão à Justiça pelo ICM



Foto: J. C. Rezende/Agência da Press

Cemitérios podem fechar as portas

Com a greve dos servidores da Prefeitura, até os cemitérios de Goiânia poderão fechar as portas amanhã. Se o pagamento não sair, o pescado administrativo, de vaidade e limpeza vai parar. E os postos ficarão sem recarga para enterramentos. Com isso, os serviços terão de ser encerrados. Na noite, os funcionários duram 48 horas de prazo no governo para que paguem os salários. Eles ameaçam greve geral no sábado. Pág. 20



Arquivo/Agência da Press

Goiás perde 135 mil toneladas de grãos na colheita

Os resultados finais da arroz, milho e soja perderam, este ano, devido ao arrependimento das safras. Contra 100 mil toneladas de arroz, a safra de 1985 teve 85 mil toneladas. Contra 100 mil toneladas de milho, a safra de 1985 teve 90 mil toneladas. As estimativas são do secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, responsável pela aplicação da Companhia de Pesquisas e Desenvolvimento Rural (Cepa).

Prisão preventiva só para Jorge

Promotor acha que o acusado de matar Ladislau pode atrapalhar a justiça. Nabor do Valle, não. Pág. 21



Cantídio, ex-governador de Goiás, durante depoimento (1985)

Morreu Cantídio, líder do governo

O líder do governo na
Câmara, Cantídio
Stampola, 59 anos,
morreu ontem em São
Paulo, vítima de
insuficiência renal
provocada pelo câncer
de cólon. Sua morte
foi registrada no

Mais
defendem
frei da
creche

Os professores
que vêm
de outras
cidades
que querem
trabalhar
na rede
de ensino
estão
depois de
negociar
com o
governo
de São
Paulo

DA MANHA
Mais de 100
famílias
de Araxá
sairam
de casa
ontem
depois
de
descobrir
que
não
têm
água
corrente

DA MANHA
Mais de 100
famílias
de Araxá
sairam
de casa
ontem
depois
de
descobrir
que
não
têm
água
corrente

16

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gabinete Civil
SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
BRASÍLIA/82